

Posicionamento INESFA



O **Instituto Nacional da Reciclagem - INESFA**, maior representante das empresas que praticam a economia circular por meio da reciclagem, posiciona-se de forma favorável à adoção pelo Brasil de mecanismo de combate à importação de materiais produzidos com alta emissão de carbono - em modelo semelhante ao instituído pela União Europeia, denominado *Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM)*.

Desaceleração do Mercado Nacional

O ritmo industrial no Brasil está em forte desaceleração por diversos fatores, tais como a baixa demanda, aumento dos custos de produção, alta tributação, entre outros.

Recentemente, ainda, o crescimento significativo de importações vem impactando ainda mais a indústria brasileira, como é o caso da importação de aço (sobretudo de origem chinesa), que gera enorme desvantagem competitiva ao material produzido nacionalmente.

Esta desvantagem tem feito com que indústrias brasileiras sejam obrigadas a interromper suas produções (até mesmo realizar demissões em massa de funcionários), em razão da drástica redução da demanda pelos produtos brasileiros, impactando negativamente catadores e processadores de materiais recicláveis com a redução da demanda de insumos reciclados.

Importação de Carbono

A mudança climática é um problema global que exige soluções conjuntas. A atuação deve ser feita mundialmente, sob pena de não se alcançar os objetivos pretendidos.

É irrelevante para o planeta se uma pequena parcela de países adotar rígidas políticas climáticas para reduzir sua emissão de gases prejudiciais ao meio ambiente (como o CO²) se, em contrapartida, outra parcela se aproveite para passar a utilizar de métodos de produção cada vez prejudiciais ao meio ambiente e mais poluentes.

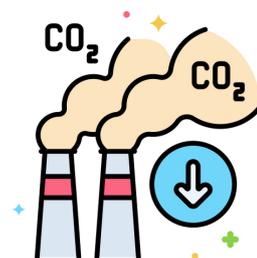
A denominada “fuga do carbono” vem ganhando cada vez mais notoriedade a partir do deslocamento de indústrias para outros países com o objetivo de evitar normas mais rigorosas, sendo que este fenômeno já vem impactando o Brasil e a indústria nacional.

Impactos à Indústria Brasileira

Diversos países (tais como China, Rússia, Turquia), valendo-se de políticas ambientais pouco rigorosas, vêm ganhando grande espaço no mercado internacional a partir da utilização de métodos de produção extremamente prejudiciais ao meio ambiente - com alta intensidade energética e emissões de carbono.

Soma-se a isto a adoção de políticas públicas por determinados países que ainda subsidiam tais produtos, que acabam sendo exportados a preços abaixo de seus custos de produção, prejudicando a competitividade dos bens produzidos internamente.

A importação de aço no Brasil em 2023, por exemplo, foi 50% superior ao ano anterior justamente pelo baixo preço de tais bens em comparação ao produto nacional, tendência esta que deverá aumentar nos próximos anos, prejudicando a indústria brasileira e trazendo ao Brasil produtos gerados com enorme emissão de carbono (fora dos padrões exigidos da indústria brasileira e das normas ambientais).



Necessária Atuação pelo Governo Brasileiro

O Congresso Nacional já demonstrou interesse em pautas ambientais, principalmente àquelas relacionadas com a regulação do mercado de carbono e a transição energética. Recentemente, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4.035/2021 que prevê a isenção de PIS/COFINS na comercialização de insumos reciclados como forma de incentivo ao setor.

Além de buscar valorizar o insumo reciclável brasileiro, é necessário que o Governo adote medidas para reduzir a entrada de bens produzidos em países sem política ambiental adequada e com grande emissão de carbono - prejudiciais ao meio ambiente.

Para reduzir a entrada de tais produtos no país, o **INESFA** entende ser necessário adotar instrumento similar ao aplicado na União Europeia, que recentemente introduziu o *Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM* - mecanismo de compensação para a importação de bens cuja produção seja de elevada emissão de carbono), **o que pode ser cumprido com maior tributação em sua importação.**